

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 2****PONTO 1 – DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL****QUESTÃO 1**

Sobre Registro Civil de Pessoas Naturais, responda de forma fundamentada:

- a) Quando será emitida a declaração de nascido vivo e qual sua finalidade?
- b) Quem é responsável pela emissão da Declaração de Nascido Vivo, nos nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais?
- c) Ao realizar um registro de nascimento qual será a naturalidade do registrando?
- d) Qual a temporalidade de guarda da Declaração de Nascido Vivo?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

13.2 Direitos e deveres perante o Conselho Nacional de Justiça. 19. Registro Civil das Pessoas Naturais. Lei 6015/73. Competências e atribuições. Conservação. Nascimento. Competência.

PADRÃO DE RESPOSTA

Respostas:

- a) A DNV será emitida para todos os nascimentos com vida ocorridos no País e será válida exclusivamente para fins de elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento;
- b) Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais que lavrarem o registro de nascimento;
- c) A Opção caberá ao declarante, que poderá ser no Município de nascimento ou no Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento;
- d) um ano.

Fundamentos:

Art. 3º A Declaração de Nascido Vivo será emitida para todos os nascimentos com vida ocorridos no País e será válida exclusivamente para fins de elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento. Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo-DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

Declaração de nascido vivo – DNV, regulada pela Lei nº 12.662 de 5 de junho de 2012, é o documento provisório de identificação do recém-nascido, dotado de eficácia em todo o território nacional, até o registro de nascimento no ofício de registro civil competente.

Portaria nº. 116, de 11 de fevereiro de 2009 do Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde. “Art. 28 Para partos domiciliares sem assistência de profissionais de saúde ou parteiras tradicionais, a DN deverá ser emitida pelo Cartório de Registro Civil, mediante autorização dada em provimento da Corregedoria de Justiça do Estado.”

Lei Federal nº 6015/73. Art. 54. O assento do nascimento deverá conter: (Renumerado do art. 55, pela Lei nº 6.216, de 1975).

(...)

§ 3º Nos nascimentos frutos de partos sem assistência de profissionais da saúde ou parteiras tradicionais, a Declaração de Nascido Vivo será emitida pelos Oficiais de Registro Civil que lavrarem o registro de nascimento, sempre que haja demanda das Secretarias Estaduais ou Municipais de Saúde para que realizem tais emissões. (Incluído pela Lei nº 12.662, de 2012).

§ 4o A naturalidade poderá ser do Município em que ocorreu o nascimento ou do Município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento. (Incluído pela Lei nº 13.484, de 2017).

Provimento Nº 50 de 28/09/2015 do CNJ. Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais. Art. 1º. Ficam autorizados os Cartórios de Notas, Protestos de Letras e Títulos, Registros de Imóveis, Registros Cíveis de Pessoas Naturais, Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas e Registros de Títulos e Documentos a adotar a anexa Tabela de Temporalidade de Documentos.

3-1-3	DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO - DNV	1 ano	=> Documento controlado pelo Ministério da Saúde.
-------	----------------------------------	-------	---

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO 1 – DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

QUESTÃO 2

Sobre Parcelamento do Solo Urbano:

- a) Qual prazo para ingressar no registro de imóveis?
- b) Quais certidões que não poderão ser positivas para o registro do loteamento ou do desmembramento? Discorra.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

15 Lei nº 6.766/1979.

PADRÃO DE RESPOSTA

Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação e deverão ser negativas as seguintes certidões:

- a) de tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel;
- b) de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;
- c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública.

Fundamento:

Artigo 18 caput e inciso III da Lei Federal nº 6.766/79.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 3

O Ministro Luis Roberto Barroso fraciona as normas constitucionais em três grupos, conforme suas finalidades. Um destes grupos é o das normas programáticas.

Quais são os outros dois grupos, no que eles se diferenciam e quanto ao grupo das normas programáticas, qual o efeito imediato que elas geram?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.2 Normas programáticas.

PADRÃO DE RESPOSTA

Divide em:

I - Normas constitucionais de organização, que objetivam a criação, estruturação e ordenação dos órgãos públicos.

II - Normas constitucionais definidoras de direitos, composta pelos direitos fundamentais, divididos em individuais, políticos e sociais.

III - Normas programáticas, que são normas definidoras dos fins sociais a serem alcançados pela sociedade.

Este grupo tem por efeito imediato o de revogar atos normativos anteriores, em sentido contrário, ao da norma programática.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 4

O Tribunal de Contas da União pode exercer controle difuso de constitucionalidade? Qual o posicionamento atual do Supremo Tribunal Federal sobre o tema? Justifique a resposta.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

2.6 Poder Legislativo. 2.6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

PADRÃO DE RESPOSTA

De acordo com a Súmula 347 do STF, o TCU pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

Mas, conforme o atual posicionamento do STF (decisões relatadas por Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes) a CF de 88 mudou radicalmente o sistema de controle de constitucionalidade ao ampliar a legitimação conferida ao controle abstrato, com possibilidade de se submeter qualquer questão constitucional ao Supremo Tribunal Federal. Ou seja, ao ampliar, de forma significativa, o círculo de entes e órgãos legitimados a provocar o STF, no processo de controle abstrato de normas, o constituinte restringiu radicalmente a amplitude do controle difuso de constitucionalidade. Para Gilmar Mendes a evolução do sistema de controle de constitucionalidade no Brasil demonstra a necessidade de se reavaliar a subsistência da Súmula 347 em face da ordem constitucional instaurada com a Constituição de 1988.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO 1 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 5

Definir inventário negativo e exemplificar duas situações de interesse.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

–

PADRÃO DE RESPOSTA

O inventário negativo, embora não encontre previsão no Código de Processo Civil, é admitido pela doutrina e pela jurisprudência como meio adequado para declarar a inexistência de bens a partilhar. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.118885-9/001, Relator(a): Des.(a) Carlos Roberto de Faria , 8ª Câmara Cível Especializada, julgamento em 09/03/2023, publicação da súmula em 10/03/2023)

Interessa ao cônjuge supérstite para fins de celebração de novo casamento, afastando as limitações constantes dos artigos 1.523, I e 1.641, I do Código Civil. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.189392-0/001, Relator(a): Des.(a) Versiani Penna , 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/11/2021, publicação da súmula em 02/12/2021)

A ação denominada “inventário negativo” pode ser proposta com o objetivo de prevenir a responsabilidade dos herdeiros, que, como é sabido, deve se limitar à herança deixada, caso existente (TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.365634-8/001, Relator(a): Des.(a) Yeda Athias , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/08/2018, publicação da súmula em 20/08/2018)

**CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA
ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO 1 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 6

Discorrer sobre a teoria da asserção em direito processual civil.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

–

PADRÃO DE RESPOSTA

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que as condições da ação devem ser averiguadas de acordo com a teoria da asserção, portanto, a partir de um exame puramente abstrato da narrativa desenvolvida na petição inicial. (AgInt no AREsp n. 1.640.944/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 21/2/2022, DJe de 23/2/2022.)

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO 1 – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 7

Discorra sobre a possibilidade da *reformatio in pejus* nos processos administrativos, na forma da Lei n. 9.784/99.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

11 Lei nº 9.784/1999 (processo administrativo)

PADRÃO DE RESPOSTA

Segundo dispõe o art. 64 da Lei n. 9.784/99, “o órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência”. Dessa forma, o referido dispositivo não proíbe a *reformatio in pejus* nos processos administrativos, ou seja, não há impedimento que a decisão do recurso agrave a situação do recorrente, exigindo-se, apenas, que seja cientificado para que exerça o contraditório.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 2

PONTO 1 – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 8

Os serviços públicos podem ser próprios e impróprios. Explique.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

8 Serviços públicos. 8.5 Classificação.

PADRÃO DE RESPOSTA

Serviços públicos próprios são aqueles que, atendendo a necessidades coletivas, o Estado assume como seus e os executa diretamente (por meio de seus agentes) ou indiretamente (por meio de concessionários e permissionários). E serviços públicos impróprios são os que, embora atendendo também a necessidade coletiva, não são assumidos ou executados pelo Estado, seja diretamente ou indiretamente, mas apenas por ele autorizados, regulamentados e fiscalizados. Correspondem a atividades privadas, mas recebem impropriamente o nome de serviço público. (DI PIETRO. Direito administrativo. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2007).